

Ano 2009/2010

n.º

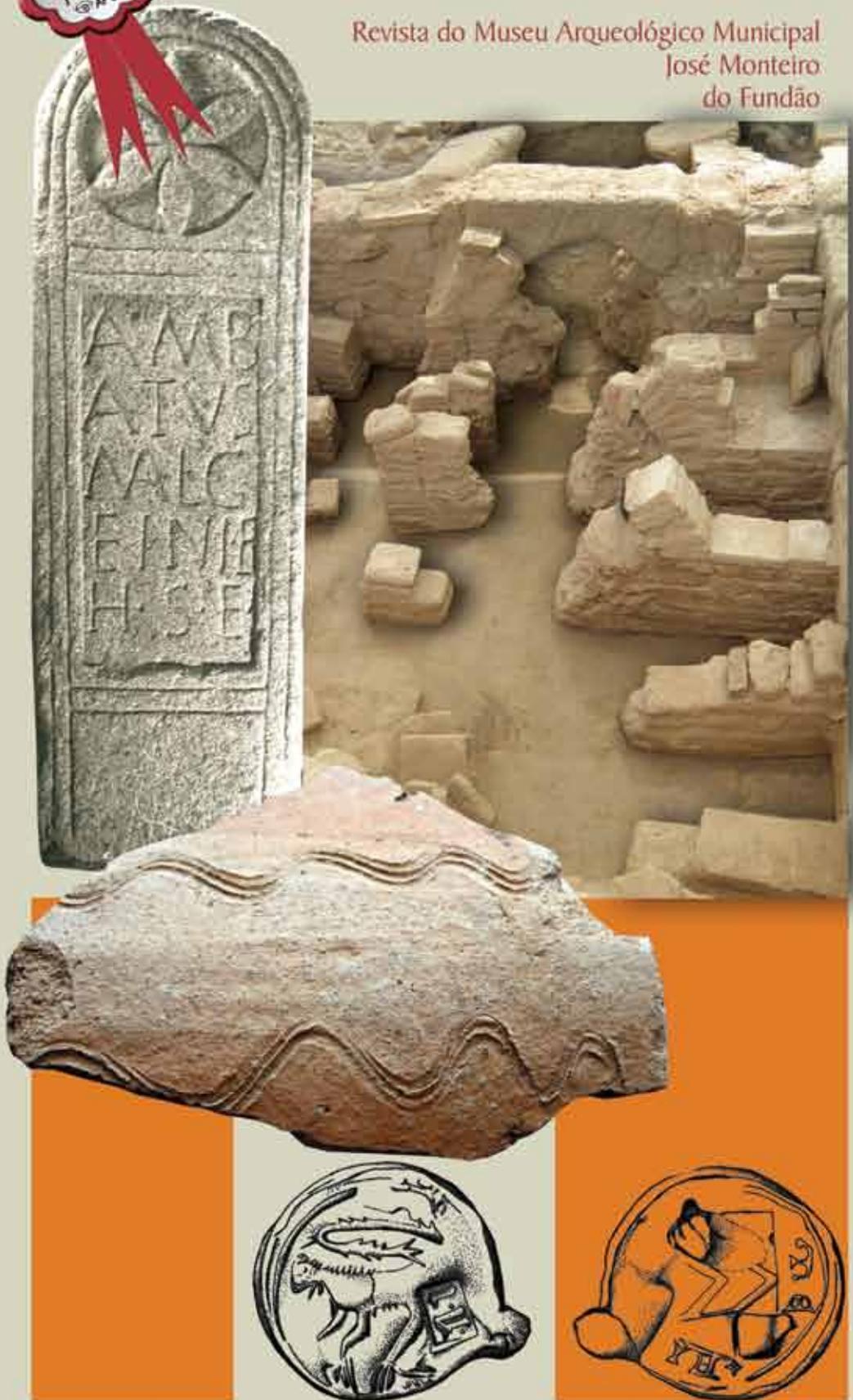
6

# EBVROBRIGA

. Arqueologia . Património . Museologia



Revista do Museu Arqueológico Municipal  
José Monteiro  
do Fundão



José d'Encarnação

## 1. Frases lapidares

«Praticar arqueologia não é só desenterrar cacos e ossarias sem préstimo – cacos do que foram potes inteiros, ossos de quem foi gente ou foi bicho. Ou talvez essas ninharias só tenham préstimos quando servem para contar a história do que foi antigamente – história cujo entendimento também serve a preparar o que ainda está por vir» – assim se exprime Jorge de Alarcão quase no final da Apresentação do livro de Marcos Osório.<sup>1</sup> E conclui:

«O livro – este livro – é uma forma de contar a história. Os próprios monumentos e os museus são formas de contar a história – com menos palavras ditas e mais imagens presenciadas. O livro – este livro – é igualmente uma proposta de lugares que merecem intervenção arqueológica para que a história da Beira Interior se possa contar também por imagens».

Há frases lapidares que, um dia, se escrevem e correm sério risco de virem a perdurar para sempre, de tão lapidares que o são, de tão prenhes de sentido se revelam na sua concisão. O que se acaba de transcrever insere-se, a meu ver, no conjunto dessas frases dignas de mui amiudada citação – como o «penso, logo existo!» ou «Só sei que nada sei» – porque corporiza o sentido de toda uma actividade arqueológica e, por extensão, patrimonial: o caco, a ossada descoberta só têm significado se servirem para contar uma história em que o leitor se sinta realmente envolvido, por 'aquilo', afinal de contas, lhe pertencer.

Colocada assim em final de "apresentação", certamente é susceptível de passar despercebida e não hesito em afirmar que também foi por isso que me propus tecer algumas considerações acerca desta obra, para que o seu conteúdo entre, de facto, na «história da Beira Interior» ao tempo dos Romanos.

## 2. Territórios, limites e povos

Fruto da investigação levada a cabo no quadro da preparação de uma dissertação de mestrado, insere-se, contudo, num plano gizado, na altura, por Jorge de Alarcão, director desse mestrado na Faculdade de Letras de Coimbra, para – com diversos contributos – lograr trazer luz sobre o modo como os Romanos, afinal, procederam, ao instalarem-se num território concreto, cujas características, apesar da distância de mais de dois séculos, poucas alterações deveria ter sofrido. Claro que os pressupostos metodológicos de uma tal pesquisa são evidentes: a população fixa-se onde há condições para viver, entendendo-se por 'viver' alimentar-se,

1 - OSÓRIO (Marcos), *O Povoamento Romano do Alto Côa*, nº 1 da Colecção *Territoria*, Câmara Municipal da Guarda (NAC), Abril de 2006, ISBN: 978-972-8813-69-7. Citação da p. 11.



defender-se dos inimigos e das intempéries, criar riqueza, deslocar-se, conviver... E para tudo isso se saber, ainda que de modo aproximado, partiu-se de três princípios, que Jorge de Alarcão enunciou (p. 11): primeiro, «todos os sítios são importantes, mesmo os mais modestos casais»; segundo, há que proceder, na medida do possível, a uma classificação desses sítios: aldeia, *villa*, casal...; finalmente, é da análise dos materiais «encontrados à superfície, em prospecção» que se poderão tirar conclusões acerca dessa tipologia.

Importava, pois, saber se os modelos actuais teriam alguma viabilidade nessa altura. Há os centros urbanos, congregadores das gentes derredor e onde estão os dirigentes políticos e onde se organiza a economia e se realizam as manifestações culturais, nomeadamente as de âmbito religioso. Uns desses centros terão funcionado como ‘capitais’ de povos; mas não se sabe que significado atribuir à palavra ‘povos’, ou melhor, como é que a sociedade indígena, sobre a qual a romana se plasmou sem atritos, estava organizada; também se desconhecem os limites de um com o outro... E será que a noção de ‘limite’ era algo do quotidiano ou apenas detinha significado político-administrativo, para cobrança de impostos (o motor sempre presente...)? E quando se fala em ‘centro urbano’ temos, necessariamente, de pensar numa urbe decalcada dos modelos de Roma, com suas ruas geométricas, seus edifícios públicos? Escrevi, em tempos, que os Romanos dessa Beira Interior eram mais «do negócio» que do «ócio»;<sup>2</sup> e quis também dizer com isso que não se encontrarão aqui, em meu entender, esquemas urbanísticos próprios de uma vida pública intensa.

Podem, no entanto, ensaiar-se modelos. Tentar, por exemplo, saber como seriam os aglomerados populacionais – ou, se se quiser, o povoamento – em zonas rurais: as *villae*, as granjas e os casais (p. 103). Está posto de lado o preconceito de que, para termos uma *villa*, residência senhorial semelhante ao que hoje é o «monte» alentejano, há que encontrar colunas e, sobretudo, mosaicos.<sup>3</sup> Distinção entre granja, herdade, quinta, casal já é, de facto, mais complexa; sê-lo-ia na época romana como o é também na actualidade, ainda que o termo «granja», porventura derivado do francês «grange», não seja obrigatoriamente um galicismo (como se afirma na pág. 108); julgo que o seu étimo se deve encontrar, antes, numa forma popular do latim, derivado de *granum* (grão, semente), quiçá *grania*.<sup>4</sup> E toda essa terminologia gira em torno de uma unidade de feição agrária, de alguma extensão, gerida por uma família ou famílias aparentadas, que teriam, naturalmente, a sua criadagem ou, se quisermos, os seus escravos. Escreve Marcos Osório (p. 101) que os autores dos projectos de investigação não têm ligado importância a esses vestígios, consubstanciados numa quantas telhas e outros materiais de construção, uns muros... Tem razão; mas... quando há tantas outras prioridades!... Recordo que, ao escavarmos a *villa* romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais),

2 - «Os Romanos do negócio», *O Fozcoense*, 15-06-1996, p. 1 e 3.

3 - Isso claramente se afirma na p. 107.

4 - *Granea puls* eram as papas de farinha; *granifer*, o que transporta grãos; e havia mesmo uma ninfa que se chamava *Grane!*

5 - Cf. CARDOSO (Guilherme) e ENCARNAÇÃO (José d’), «A *villa* romana de Freiria e o seu enquadramento rural», *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* 2 1995 51-62.

demos prioridade à *pars rustica*,<sup>5</sup> quer por se encontrar bem conservada quer porque, situando-se a *villa* perto da nossa residência, facilmente, um dia, poderíamos pôr a descoberto a casa senhorial e os seus mosaicos, tarefa que, na verdade, deixámos para o final, após a descoberta do lagar e do celeiro, por exemplo... O normal é o arqueólogo ir para aquilo que lhe traz mais rapidamente vantagens, inclusive para quem o está a financiar: o mosaico dá nas vistas e pode facilmente ser alvo de musealização e ponto de visita.

Ora, Marcos Osório percorreu com a maior atenção todo o território do que chamou o Alto Côa e que assim delimitou (p. 19): a norte, uma ‘demarcação artificial’, a foz do rio Noeme; a sul, as serras da Malcata e das Mesas; a poente e a nascente, as «cabeceiras das linhas de água da bacia do rio Côa»; ou seja, em termos de divisão administrativa actual, uma área «integrada maioritariamente no concelho do Sabugal, abrangendo ainda uma parte do território nos concelhos de Almeida e da Guarda» (p. 20).

E a sua preocupação foi: primeiro, fazer o ponto da situação acerca da investigação que se debruçara sobre os povos que o habitaram – um tema que nem tão depressa verá seu fim, uma vez que os constantes achados epigráficos (e o Autor sublinha-o por diversas vezes) acabam por ir trazendo novas luzes ao que já se houvera considerado ponto assente;<sup>6</sup> depois, com base nos tais ‘cacos’ de que atrás se falava e nas estruturas postas a descoberto e na miúda observação da actual paisagem no que ela pode reflectir da antiga (*mutatis mutandis*, já se vê),<sup>7</sup> interrogar-se: como viviam, de que viviam e, até, afinal, quem eram essas gentes, donde terão vindo, com que língua se entendiam...

*Lancienses Transcudani, Lancienses Oppidani, Igaeditani, Tapori...* etnónimos de que as epígrafes nos deixaram notícia, nomeadamente a tão citada inscrição da ponte de Alcântara,<sup>8</sup> quem eram na realidade? Teriam uma capital? Certamente que sim, que um sítio principal haveria aonde convergiam nas cerimónias anuais, nos concílios congregadores e decisores, como é o caso da *civitas Igaeditanorum...*<sup>9</sup> Mas seria esse sítio uma cidade ou um santuário ou mero descampado acessível à maioria?

6 - Veja-se o caso dos *Cobelci*, nome que aparecera em três inscrições e sobre cujo significado real havia dúvidas até que Helena Frade encontrou praticamente in situ, em Almofala, a dedicatória da *civitas Cobelcorum* a Júpiter Ótimo Máximo («Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*», *Ficheiro Epigráfico* (=FE) 58 1998 n.º 266, inde HEP 8 1998 601 e AE 1998 700).

7 - Permita-se-me uma reflexão a este propósito: na década de 50 do século passado, por exemplo, muitos terrenos eram agricultados, independentemente da sua classificação em A, B ou C; qualquer pedacinho que se pudesse ‘fabricar’ fabricava-se, para sustento do agregado familiar. Hoje, as nesgas de terreno em torno das cidades estão também, pelos mesmos motivos de subsistência, a ser aproveitadas: cf., a título de exemplo, «*O cultivo no betão da cidade*», texto de Francisco Colaço Pedro, fotos Patrícia Moreira, *Plenitude* n.º 72, Junho 2009, p. 64-69. Quem o poderia prever? Daí a minha reserva *mutatis mutandis*, circunstancialismos que uma análise histórica deve ponderar.

8 - É inúmera, como se sabe, a bibliografia acerca dessa epígrafe, de que nos resta uma cópia, mas cuja autenticidade hoje ninguém contesta, até porque gente desses povos foi identificada noutras epígrafes. Discute-se, de modo particular, a ordem por que eles foram escritos na pedra, com vista a verificar-se se se trata de uma sequência hierárquica ou de localização. Na impossibilidade de citarmos todos esses contributos, refira-se apenas um, pois traz a bibliografia anterior, muita da qual, aliás, Marcos Osório citou: GUERRA (Amílcar), «*Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas*», *Conimbriga* 46 2007 161-206.

9 - Cite-se um dos mais recentes e notáveis estudos sobre a cidade: CARVALHO (Pedro C.), «*O fórum dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)*», *Archivo Español de Arqueología* 82 2009 115-131.



Questões ‘académicas’, curiosidades que temos... difíceis de resposta, porém, quando cada vez mais nos embrenhamos no estudo da vida rural mesmo mais de vinte séculos passados, na ruralidade europeia, africana ou asiática... Aliás, o autor não deixa de o referir: «Julgamos que as sedes da maior parte dos municípios da ponte de Alcântara não detinham o mesmo desenvolvimento urbanístico das cidades a poente da serra da Estrela, como *Conimbriga*, *Aeminium*, *Sellium* e Bobadela» (p. 87).

### 3. A importância das perguntas

Estamos perante um estudo exemplar, quer pela metodologia utilizada (a seguir noutras regiões e válida, inclusive, para outros contextos), quer pelas conclusões a que chegou, quer, sobretudo, pelas outras questões que levanta. Não me canso de repetir a frase de Sir Fred Houyle,<sup>10</sup> segundo o qual, «as respostas não são importantes, as perguntas é que o são!»! Despertar questões é tornar consciente algo que, até aí, passara despercebido; é juntar elementos que andavam dispersos e que, ao gizar-se uma hipótese de interpretação, acabam por ganhar um sentido a que antes se não dera atenção. E este é, sem dúvida, importa frisá-lo, um dos grandes méritos desta pesquisa – e nunca será de mais saudar os responsáveis da Câmara Municipal da Guarda por se terem apercebido do carácter inovador e, até, pioneiro deste estudo.

As questões que levanta são, pois, inúmeras e o facto de estarem solidamente assentes em dados concretos, bem interpretados na sua generalidade, confere-lhe alcance maior. Apesar de ‘fisicamente’ (passe o advérbio) não ser de consulta fácil, porque de mancha tipográfica densa e tipo de letra compacto; apesar de as ilustrações se terem cingido a fotografias aéreas e a mapas, cuja extrema utilidade não se enjeita mas que são de escasso aliciente para o leitor comum (à excepção, evidentemente, do oficial do mesmo ofício...) – o livro de Marcos Osório merece ser ‘reabilitado’ do silêncio que, porventura, o envolveu.<sup>11</sup>

E um dos aspectos que, por ‘deformação científica’ (pode dizer-se), muito me cativou foi a constante chamada de atenção para a relevância do contributo epigráfico para a resolução dos problemas em aberto. Há, no Alto Côa, vestígios arqueológicos identificados e o Autor a eles se refere; no entanto, a riqueza epigráfica é deveras singular e esclarecedora:<sup>12</sup> pela onomástica que apresenta; pelas divindades aí mencionadas; pelos

10 - Citado por John Gribbin em *Génesis – A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14, nota 1.

11 - Não se lhe conhece, que eu saiba, nenhuma revisão crítica, por exemplo.

12 - Justo é sublinhar – e o Autor fá-lo (p. 35) – o relevante contributo dado por Fernando Patrício Curado que, nas suas andanças profissionais, calcorreando montes e vales, falando com a população, deparou com muitas epígrafes, inéditas umas, a necessitar de correcções de leitura outras. Dessa investigação deu rápido conhecimento nas páginas do *Ficheiro Epigráfico*, no decorrer da década de 80; depois, fez uma pausa e, após alguns contributos dispersos, nomeadamente em reuniões científicas, incorporou novidades no artigo «*Epigrafia das Beiras (Notas e correcções – 2)*», *Eburobriga*, 5 (2008), pp. 121-148.

etnónimos registados; e, ainda, por aí se localizar uma das raras inscrições em língua a que se convencionou chamar de «lusitana».<sup>13</sup>

Assim, depois de traçar o «quadro natural do Alto Côa» (p. 19-31), Marcos Osório historia o que foi «a anterior investigação arqueológica na região» (p. 33-37); analisa «a problemática em torno dos Lancienses» (p. 39-54), com especial e oportuno destaque para as ‘fontes clássicas’ (p. 48-52); faz o inventário das 60 “estações” (p. 55-60), de que apresenta “catálogo” (p. 61-77). São essas as bases para o estudo do povoamento, na sua dupla feição de paisagem urbana e rural (p. 79-112) e na rede viária (p. 113-132). No *corpus* das epígrafes (39 no total, das quais 5 inéditas), com respectivo e muito útil índice (p. 135-149), se alicerça o último capítulo sobre «a sociedade e religião» (p. 151-159). Considerações finais, bibliografia (que é exaustiva!), fotografias aéreas e mapas completam as 202 páginas do volume.

Defendido em 2000 e publicado em 2006 «sem alterações, revisões ou acrescentos», o trabalho teria, hoje, obviamente, uma organização quiçá ligeiramente diferente, até porque muito se continuou, entretanto, a investigar na região; tal, porém, não invalida o grande mérito da publicação, onde não é de somenos a grande densidade de informação acumulada, embora nunca seja de mais repetir que um livro deste tipo fica desactualizado no momento em que é editado, porque, tendo sistematizado os conhecimentos até aí adquiridos, mais fácil se torna, de seguida, a investigação a fazer, para colmatar eventuais lacunas e, sobretudo, para discutir as questões levantadas.

E, como epigrafista, perdoar-se-me-á que proceda precisamente a breves reflexões, a partir dos dados ora em presença.

#### 4. A documentação epigráfica

##### 4.1 Interioridade e periferia?

Trata-se, como o Autor refere, de «uma colecção significativa, ampliada com algumas inscrições inéditas, fruto dos trabalhos de prospecção» (p. 133).

Estou inteiramente de acordo que se saliente a importância excepcional da Quinta de S. Domingos (Pousafoles do Bispo): pelas inscrições conhecidas, a sugerir a existência de eventual santuário à divindade indígena *Laepus* e, até, uma oficina epigráfica, atendendo à informação de que ali

13 - Está num penedo em Cabeço das Fráguas (Pousafoles, Sabugal) e realizou-se em Abril deste ano de 2010 uma reunião científica, na Guarda, em que se procurou fazer o ponto da situação acerca do seu conteúdo e significado face aos achados recentes em termos da arqueologia e ao aparecimento de inscrição semelhante em Arronches. Cf., a este propósito, por exemplo: Maria João SANTOS, Thomas SCHATTNER e Vítor PEREIRA, «Cabeço das Fráguas (Quinta de São Domingos, Guarda) 2006 – O contributo da primeira campanha de escavações», *Praça Velha*, 24, Junho 2008, 175-202 (com ampla actualização bibliográfica); José d’ENCARNAÇÃO, André CARNEIRO, Jorge OLIVEIRA e Cláudia TEIXEIRA, «Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)», *Conimbriga* 47 2008 85-102 [disponível em <http://hdl.handle.net/10316/10754>]; Blanca M. PRÓSPER e Francisco VILLAR, «Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre», *Emerita LXXXVII* 1, enero-junio de 2009, p. 1-32 [disponível em <http://emerita.revistas.csic.es/index.php/emerita/article/view/304/313>]



foram identificadas bastantes aras, hoje de paradeiro desconhecido (p. 141).<sup>14</sup>

Relevo, em primeiro lugar, a estela n.º 22 (p. 141), achada em Outeiro da Fonte, onde poderá ter existido uma necrópole. Como se pode ver pela fotografia que junto (Fig. 1), da autoria de Guilherme Cardoso, trata-se de um monumento excepcional no contexto da região, a indiciar influências estéticas doutras áreas, nomeadamente do Nordeste da Lusitânia, na confluência com o território vetão, como, aliás, o demonstra a distribuição geográfica dos testemunhos destes dois nomes pré-romanos, *Ambatus e Malgeinus*.<sup>15</sup> Mais uma prova, se outras não houvera, da atracção que a região então exerceu sobre as populações vizinhas.

Aliás, outra prova disso o temos na inscrição n.º 25, também uma estela decorada,<sup>16</sup> achada no Outeiro Alto (Vila do Touro) e procedente, quiçá, da «estação arqueológica da Moradia (Carvalhal Meão)» (p. 143): o defunto, de 22 anos, identifica-se à maneira indígena – Fusco, filho de Severo – mas o pai, que mandou gravar o epitáfio a um curador (facto que não é nada comum e manifesta bom nível cultural), fez questão em que nele constasse, com algum rigor, a sua naturalidade: é Límico, ou seja, da região do rio Lima, e pertence a uma ‘unidade suprafamiliar’ que se designava castelo Arguce. Esta é, de resto, uma das epígrafes amiúde citadas no âmbito da discussão acerca do significado do C invertido, que pode ser entendido como a sigla de *centuria* (à maneira latina) ou de *castellum* (em ablativo de proveniência: *castello*). O achado de epígrafes dedicadas a pessoas da mesma região nortenha e em que a palavra está por extenso – cito *castello Durbede*, de uma epígrafe do Sudoeste alentejano<sup>17</sup> – tem feito pender as opiniões para este desdobramento, sem que, no entanto, a acepção de castelo implique a ideia de fortificação. Não é, todavia, esta a ocasião para nos alargarmos nessas considerações, dado que o importante é salientar a presença de imigrantes com não despidendo estatuto económico, cultural e social, como estas duas epígrafes documentam.

Neste aspecto da tipologia dos monumentos epigráficos, alude-se, na pág. 152, a uma afirmação de Jorge de Alarcão, segundo a qual o achamento de uma placa funerária isolada «pode ser um critério de identifica-



Fig. 1

14 - Omitiu o autor – e fez bem – uma curiosa interpretação da ara dedicada por Firmo, liberto de Sabina, como «pedra fecundante» de mulheres supostamente estéreis devido à... oligospermia dos maridos: vide ENCARNANÇAÇÃO (José d'), *Lusitanos em Discussão*, n.º 11 dos *Cadernos do Centro de Estudos Epigráficos da Beira.*, Castelo Branco, 1995, p. 9, comentário ao livro de Moisés Espírito Santo, *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa* (Assírio & Alvim, Lisboa, 1989), que tal afirma a páginas 157-158.

15 - Cf. NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) e Bordéus (Ausonius Éditions), 2003, mapas 19 (p. 84) e 181 (p. 225).

16 - No catálogo da exposição sobre as religiões da Lusitânia, do Museu Nacional de Arqueologia, as duas estelas estão, inclusive, na mesma página: vide RIBEIRO (J. Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 551 (números 293 e 294).

17 - Cf. ENCARNANÇAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, inscrição n.º 122.

ção das *villae*». Transcrita assim, um tudo-nada desgarrada do contexto, trata-se de uma afirmação susceptível de vir a ter interpretações menos correctas. A ideia de Jorge de Alarcão é, porém, assaz verosímil, desde que bem entendida; ou seja: é de supor que, numa *villa*, haja um local de sepultura, não obrigatoriamente um jazigo de família ou um mausoléu, pois também hoje no mesmo sepulcro podem depositar-se, em tempos diferentes, vários defuntos da mesma família; e nem sempre há lugar a mais um epitáfio;<sup>18</sup> tal como nos jazigos actuais, pode figurar na inscrição apenas o primeiro a ser sepultado ali. É nesse sentido que Jorge de Alarcão se pronunciou; mas, em tal caso, a placa deverá ter alguma monumentalidade ou, até, poderá assumir-se qual elemento arquitectónico e o texto terá características que o aproximam mais dos textos em honra de alguém do que de mero epitáfio. É o caso da placa n.º 26, procedente mui provavelmente da *villa* de Lameiro das Águas (n.º 43, p. 74), que mede 44,5 x 98 cm e em que são os pais que memoram a filha, de apenas quatro anos; ou, ainda, o n.º 29 (p. 144), de 44,5 x 98 x 20 cm, em que *Modestus* erige monumento funerário *liberis uxori sibi* – para os filhos, para a esposa e para si [CIL II 455].

Também aqui depressa a população indígena adoptou os hábitos romanos: *Cilius*, por exemplo, executa fielmente as determinações testamentárias de seu patrono, *Talaceus* (inscrição n.º 30, p. 144-145). Não há, contudo, lugar, creio eu, também por isso, para se falar de um «fenómeno de interioridade e periferia do território» (p. 153). Cá está uma das questões que ora se pode levantar: interioridade e periferia porquê? Sim, na actualidade, é a Beira Interior, porque habituados estamos a ver o território a partir do litoral; mas, no tempo dos Romanos, a população que habitou na região veio donde? Do litoral não foi, de certeza, dados os evidentes laços com as populações a oriente; e a rede viária estabelece mui claramente uma ligação forte com a capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*; doutra forma, aliás, se não justificaria a construção da ponte de Alcântara!... Trata-se, efectivamente, de uma zona com enorme importância económica – Marcos Osório, ao referir-se aos libertos, sugere mesmo «que este trabalho servil fosse empregue na agricultura e na exploração mineira, bem como nas actividades domésticas» (p. 154) – a que o poder central não foi alheio logo desde os primeiros tempos após a sua chegada.<sup>19</sup>

#### 4.2 Eloquentes reflexos culturais

Haverá, decerto, oportunidade para, daqui a algum tempo, se fazer do livro uma 2ª edição revista e actualizada. O Alto Côa merece-a. Vão nesse sentido duas ou três achegas.

18 - Tive ocasião de voltar a este tema: «A epígrafe latina como elemento didáctico (XXVI) [as relações familiares]», *Boletim de Estudos Clássicos*, 52, Dezembro 2009, 47-52 – disponível em <http://hdl.handle.net/10316/12444>.

19 - Assim se justifica, por exemplo, o sugestivo lote de epígrafes oficiais daí provenientes: cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», in NOGALES (Trinidad) e GONZÁLEZ (Julián) [edit.], *Culto Imperial: Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006), Roma, 2007, p. 349-367 (sobretudo p. 351-362). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/10506>



Assim, na inscrição nº 28, o nome dos três defuntos vem em dativo. Cá está um dos casos em que se poderia falar de placa típica de uma *villa*, caso não soubéssemos que duma *villa* de facto provém. Por conseguinte, a tradução para português será: «A Próculo de Ebaro, etc.».

A inscrição nº 32 (CIL II 456) (Fig. 2) está perdida. Pelo facto de nela se ter lido algo como *Traianus* e porque do tempo do imperador Trajano há, naturalmente, iniciativas locais – haja em vista a construção da ponte de Alcântara, por exemplo –, fez-se uma observação (p. 97, nota 142) que merece atenção. Escreve o Autor:

«O indivíduo é um indígena romanizado que adopta o nome do imperador Trajano como *praenomen*, que se identifica pela *gens* Rufina e que ostenta o cognome Negro. Terá sido elevado à categoria de cidadão pela incorporação no exército de Trajano?».



Fig. 2

Na verdade, todos os antropónimos aqui presentes pertencem à categoria dos *cognomina*. A leitura apresentada na pág. 145, decalcada do que traz Hübner, é, porém, *Traianius*, cuja terminação em *-ius* até poderia sugerir um gentílico, caso essa forma existisse; Abascal incluiu-a, de facto, no rol dos *nomina*,<sup>20</sup> partindo do princípio de que estava correcta a leitura, mas afigura-se-me que não está. De qualquer modo, poderia ser mais verosímil considerar que a mãe fizera o epitáfio para os três filhos, *Traianus*, *Rufinus* e *Niger*,<sup>21</sup> não se concluindo daí, de imediato, que todos tivessem morrido em vida dela, mas que seria uma forma de assinalar um sepulcro de família, em que a mãe seria sepultada também.<sup>22</sup> De excluir, porém, qualquer relacionamento directo – por via de alistamento militar, como se aventou – entre um eventual nome *Traianus* e o imperador.

A inscrição nº 26 leva-nos, de novo, a pensar, devido à presença do antropónimo *Melamanus*, numa relação com o território da vizinha província espanhola de Cáceres,<sup>23</sup> também pela tipologia: uma estela em que o campo epigráfico, rebaixado, está dividido por uma faixa, ostentando, na parte inferior quatro cavidades rectangulares e quadradas. E se os es-

20 - ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Múrcia, 1994, p. 230.

21 - O nominativo de *Nigro* é *Niger* e não *Nigrus*, como vem no índice (p. 149).

22 - Hübner baseou-se no manuscrito deixado por Accursius, que esteve na Península Ibérica desde 1525 a 1529. Hoje guardado na Biblioteca Ambrosiana, de Milão, onde tem a cota O. 125 Sup., constitui como Georges Fabre assinalou («*Accursius, Hübner et l'épigraphie de Conimbriga*», *Épigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*», Paris, 1984, p. 61-67), um documento a merecer inteira confiança, dado o rigor que Accursius pôs nas suas descrições. Agradeço a Helena Gimeno (do Centro CIL II, de Alcalá de Henares) a cópia da página do manuscrito que traz esta inscrição (que assim reproduzo – Fig. 3). A paginação, além de dar a entender que estamos perante uma estela, sugere, pela colocação de um nome em cada linha, que se poderá tratar, na verdade, de três personagens distintas.

23 - No Atlas atrás referido (p. 238), são indicados mais dois testemunhos deste antropónimo: um em Alconétar e outro em Cória; corrija-se aí a citação relativa a Ruivós: o seu estudo, da autoria de Fernando Patrício Curado veio no *Ficheiro Epigráfico* 8, 1984, inscrição nº 31; no FE 10, é feita a correcção de leitura sugerida por M. Lourdes Albertos. De Plasenzuela, Cáceres, se conhece outra «estela de granito gris con remate semicircular» e que «tiene cartela que se adapta al coronamiento» (HEp 13, 2003/2004, 251), de um liberto *Melamianus*.

tratagemas a que o lapicida teve de recorrer (designadamente os nexos) para que o texto coubesse no espaço disponível, o que nem sempre aconteceu, mostram que o suporte estava feito na oficina e o texto a ele teve de se adaptar; se FILL/IS se deve interpretar como *fili s(ui)*, «os seus filhos», ou apenas como má grafia de FILIVS é questão meramente académica, porque impossível de solucionar, dado o que se vê na pedra (Fig. 3)<sup>24</sup> – é justamente a escolha da palavra CIPPVM, ainda por cima dependente de *statuere* (interpretação assaz aceitável de STAT, porque há outros testemunhos deste verbo em contexto funerário, como já se verá) que me parece digna de menção.

Na verdade, para além de denotar algum domínio da fraseologia latina, o recurso a este termo evidencia conhecimentos que ultrapassam o falar quotidiano. Uma pesquisa na base de dados epigráficos da Península Ibérica – <http://www.eda-bea.es/> – dá-nos conta de que *cippus* não é palavra comum e que detém significado relevante.<sup>25</sup> Valerá a pena enumerar esses registos conhecidos no actual momento da investigação:<sup>26</sup>



Fig. 3

Nº 3133 – Cañete la Real, Málaga

C(aius) Memmius Epaphroditus / a(nnorum) LV h(ic) s(itus) e(st) s(it)  
t(ibi) t(erra) l(evis) / Nice soror cum Epaphrodito / et natis cippum mar-  
moreum / d(edit)

Nº 4102 – Córdoba

L(ocus) in fr(onte) p(edum) XV / l(ocus) in ag(ro) p(edum) XV /  
C(aius) Pomponius C(ai) l(ibertus) / Licinus h(ic) s(itus) est / Philomu-  
sus l(ibertus) cippum / dat

Nº 4916 – Utrera, La Cañada

Passagem da chamada *Tabula Siarensis*, documento imperial que determina as honras fúnebres a prestar a Germânico:

[...] Manibus C(ai) et L(uci) Caesarum cippusque aeneus prope eum /  
[tumulum Germanici Caesaris] similiter incideretur [...]

Nº 9474 – Santo Tomé, Jaén

Sod[ales] / oviari cippum [f(aciendum) c(uraverunt)]

24 - Fotografia de F. P. Curado, publicada no *Ficheiro Epigráfico*, que, com a devida vénia, se reproduz aqui.

25 - Anote-se que, em Epigrafia, acabámos por adoptar a palavra ‘cipo’ não nesse significado genérico de ‘monumento funerário’ que transparece do seu uso em Latim, como adiante se verificará, mas para designar um monumento epigrafado paralelepípedo, de uma certa monumentalidade, semelhante a um pedestal mas que deste se distingue por apresentar a face superior lisa (sem vestígio de inserção de estátua) ou ornada de toros, sem fóculo.

26 - Apresenta-se o nº de registo, o local de achado da epígrafe e transcreve-se o texto. Prescinde-se de outra indicação bibliográfica, por ali facilmente poder encontrar-se.

Nº 13 781 – Linares, Cazlona, Jaén

Siste precor quaeso / cip(p)um cognosce viator / Antisporus a(nnorum)  
VIII carus / omnibus hic situs est / et precor ut dicas / Antispore sit t(ibi)  
t(erra) l(evis)

Nº 13 842 – Úbeda, Jaén

Gemina D(eci) Pu(b)lici Subici ser(va) an(norum) / XXV h(ic) s(ita)  
e(st) obit in / partu C(aius) Aerariu[s l(ibertus)] / posuit [ci]ppum pa/  
[rca fuer]as mihi si qu[a] / inferi sapeni vi m[e] / abduces si me / amas-  
ti TAG(- - -) abd[u]/cas s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)

Nº 13 857 – Santo Tomé, Jaén

Q(uintus) Cor[ne]lius For(tunatus) Luci / f(ilius) Nsisa(!) annor/um L  
pius in / suis h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / cip[p]um q(ui)  
[legeris / d(is)] M(anibus) s(acrum) [dic sit tibi terra levis]

Nº 21 762 – Oliva de Plasencia, Cáceres

L(ucius) Publi(cius) L(uci) f(ilius) / Pap(iria) Thi(amus) / Emerit(ensis)  
/ an(norum) XXVII / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Caecilius  
/ Vetto so/dali cip/pum / d(e) s(ua) f(ecit)

Nº 22 626 – Robledillo de Trujillo, Cáceres

Equalius / Pecuni · ci/p(p)um Cabu(ro) f(ilio) f(ecit) // Amana · Cl/  
ou[ti] f(ilia) ITE/ - -

Com muito semelhanças estéticas, na forma e no tipo de apresentação  
do cp epigráfico

Nº 23 127 – Ahigal, Cáceres

[C]lipum / [C]loutio / Duali · f(ilio) / Dualius / pater · an(norum) /  
[?]XXXV

Nº 24 910 – Campo Lugar, Cáceres

Tritius / Clouti f(ilius) / cip(p)um / fratres / posuer(unt) / Caturu /  
et · Vir(ano) · an(norum) I/X · hi(c) · si(tus) · / t(ibi) ·

Nº 25 024 – Piedrabuena, Ciudad Real

Tolouni Cae/nonis f(ili) an(n)oru(m) / XXX h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi)  
t(erra) l(evis) / pater et fra/ter cipum d(e) s(uo) p(osuit)

Nº 25 094 – Ibahernando, Cáceres

- - - - -? / Am{m}al[l]obri/ce[n]ses · cippum / Pecuno · Ael(- - -) /  
fi(lio) dant

Uma leitura mais atenta destes testemunhos elucidar-nos-á, de ime-  
diato, que estamos perante uma palavra usada habitualmente em con-  
textos com uma certa solenidade. Por exemplo, na *Tabula Siarensis* (regis-  
to nº 4916), fala-se de *cippus aeneus*, «cipo de bronze»; a *Caius Memmius*  
*Epaphroditus* a irmã e demais familiares oferecem *cippum marmoreum* (nº

3133); em Córdoba (nº 4102), para além do recinto funerário, cujas dimensões se indicam, o liberto *Philomusus* faz questão de que seja gravada a menção de que foi ele quem *cippum* ofereceu; em Santo Tomé (nº 9474), são os *sodales oviari*, irmandade dos criadores de ovelhas, que se encarregam de mandar fazer *cippum* a um dos seus confrades, circunstância, que, aliás, de certo modo se repete em Oliva de Plasencia (nº 21 762), em que é um dos *sodales*, que, a expensas suas, manda fazer o cipo (*cippum de suo fecit*); também os *fratres* do nº 24 910 poderão ser não os irmãos de sangue, mas sim os confrades. Há também, naturalmente, iniciativas familiares, mas amiúde se menciona quem custeou as despesas, o que pode indiciar que se trata, de facto, de algo dispendioso. Contudo, não poderei deixar de referir os dois textos (nºs 13 781 e 13 842) em que a palavra é integrada num poema. Particularmente tocante é o de Linares: «Siste precor quaeos cippum cognosce viator» – Rogo-te, ó viandante, peço-te que te detenhas e tomes conhecimento deste cipo... Finalmente, uma chamada de atenção para o nº 22 626, de Robledillo de Trujillo, com muitas semelhanças estéticas, na forma e no tipo de apresentação do campo epigráfico, com a estela de Ruivós (nº 20 488 da base de dados de que me estou servir).

Tive, porém, curiosidade em saber se o vocábulo surgia igualmente em contexto literário.<sup>27</sup> E o resultado foi o seguinte:

O poeta *Aulus Persius Flaccus* (34-62) escreve, numa das suas sátiras (*Satirae*, 1, 37): «non levior cippus nunc inprimit ossa», «não é mais leve o cipo que ora lhe aperta os ossos»!...

Horácio, por seu turno, em *Sermones*, 1, 8, 12, diz: «Huc prius angustis eiecta cadauera cellis conseruus uili portanda locabat in arca hoc miserae plebi stabat commune sepulcrum Pantolabo scurrae Nomentanoque nepoti mille pedes in fronte trecentos cippus in agrum hic dabat heredes monumentum ne sequeretur». Ou seja, tal como atrás se dizia em relação a um espaço funerário delimitado, aqui também se faz referência à doação de um recinto, onde se assinala a presença de um cipo, a marcar, certamente, o local da sepultura e, com a inscrição, a memorar o defunto.

E o termo surge também numa passagem dos *Commentarii Belli Gallici* (7, 73, 4) de César – «hos cippos appellabant» – em contexto funerário.

A pesquisa em relação à utilização, no quadro das epígrafes conhecidas na *Hispania*, do verbo *statuere*, que significa ‘edificar’ mas que detém, sem dúvida, a conotação de alguma solenidade, mostrou que temos 9 testemunhos de *statuit*, em que, de um modo geral, se subentende o complemento directo, entendido como sendo o próprio monumento funerário; em Ávila (nº 15 476 da referida base de dados peninsular) explicita-se *monumentum statuit* e em León (nº 8473) é um templo que se edifica: *templum statuit*. No plural – *statuerunt* – igualmente os testemunhos não chegam à dezena, sendo de assinalar que, à excepção do caso de Arraiolos (nº 20 397), quatro são da actual Beira Interior ou de muito perto:

– *Paramaeco Bovati statuerunt filii sui et Tancinus Cili* (nº 18 515, de Marialva, Meda);

27 - Servi-me, para o efeito, da base de dados da Universidade de Liège: <http://www.cipl.ulg.ac.be/Lasla/>



– *Maturovio Veibali filio monimentum statuerunt filii sui* (nº 20 159, da *civitas Igaeditanorum*);

– *Malgeino Bovi filii statuerunt* (nº 23 446, Pinhel);

– *Taltico Meidueni filio Lanciensi Oppitano annorum L munumentum statuerunt filii Arco et Tureon Arantonus* (nº 20 309, de Nuñomoral, Cáceres).

As semelhanças são flagrantes, de modo que até poderíamos concluir tratar-se de um tique próprio da epigrafia funerária da região.

### 5. Conclusão

Creio ter demonstrado a real importância da investigação levada a cabo por Marcos Osório e em boa hora publicada pela Câmara Municipal da Guarda. É que o acervo de material meticulosamente acumulado, quer no que aos vestígios arqueológicos assinalados na prospecção diz respeito quer à sistematização de outros dados, nomeadamente epigráficos, é assim posto à disposição dos historiadores.

Neste ensaio apenas se abordaram três ou quatro pontos que, ao correr da pena e da leitura, me chamaram de imediato a atenção; mas outros, como é o caso da rede viária ou o da religião, das divindades veneradas e da sua íntima relação com as *gentilitates*... irão, tenho a certeza, suscitar novas reflexões.<sup>28</sup>

Uma ideia fica, porém, bem assente: interioridade, periferia não são palavras adequadas para caracterizar o território da Beira Interior romana, porque os seus habitantes mantinham estreitas relações com outras áreas da Península, eram cultos e até detinham, bastantes deles, um estatuto económico deveras aliciente.

No fundo, voltando à frase lapidar de Jorge de Alarcão com que encetei estas linhas, estes ‘cacos’, mormente os que trazem letras, só nos interessam porque, estudados e bem integrados no seu contexto, acabam por nos contar uma história. A história dos que por estas paragens nos precederam há dois mil anos atrás, mas que, afinal, lutavam no seu dia-a-dia pelos mesmos objectivos que nós, hoje, almejamos alcançar.<sup>29</sup>

Cascais, 7 de Março de 2010

28 - Significativa nesse aspecto a pág. 155, em que se aborda a possibilidade, seguindo Dumézil, de as divindades se organizarem «segundo uma tríade funcional: a soberania, a força e a fecundidade»; em que se afirma que «o culto a Vitória constitui outro exemplo comum de evergetismo religioso», uma afirmação a explicitar; e onde se alude à (para mim, estranha) hipótese, avançada por alguns autores, de a divindade *Quangeius* poder «representar uma *interpretatio lusitana* de Júpiter».

29 - Este estudo foi realizado no âmbito da investigação do Grupo de Trabalho «*Epigrafia e Imagens da Antiguidade e Época Medieval*», do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

